

ABERTURA DA REUNIÃO

Aos três dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, na Vila de Nisa e Salão Nobre dos Paços do Concelho, compareceram a Presidente da Câmara Municipal, Eng^a Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto e os Vereadores, Dr^a Maria Idalina Alves Trindade, Dr^a Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Dr. Manuel António Rosmaninho Bichardo e Eng^o Francisco Batista de Sena Cardoso, a fim de se proceder à realização da Primeira Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nisa, relativa ao corrente mês de Fevereiro de 2010 em curso.

Não se verificou a falta de nenhum eleito.

E, como se encontravam em número legal para se poderem constituir em Reunião, foi a mesma declarada aberta pela Presidente da Câmara Municipal de Nisa e da referida reunião, Eng^a Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto, quando eram dez horas e quarenta e cinco minutos, para cumprimento do que dispõe a alínea p) do nº 1 do Artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Compareceram, ainda, a esta Reunião, os trabalhadores municipais a seguir indicados, a fim de prestar os esclarecimentos que viessem a tornar-se necessários, relativamente aos assuntos agendados na Ordem de Trabalhos e que digam directamente respeito ao serviço a que cada um está afecto:

- Dr^a Graça Sales (Chefe da Divisão Financeira), Sr^a. Graça Moura (Coordenadora da Secção de Contabilidade), Sr. Domingos Gonçalves (Coordenador Técnico da Secção de Receitas), Dr^a Ermelinda Martins (Directora do Departamento de Planeamento e Gestão Municipal), Dr^a Lubélia Ferreira (Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Administração), Sr^a. Maria Conceição Rovisco (Assistente Técnica do Gabinete de Recursos Humanos e Apoio ao trabalhador) e Dr^a Manuela Gonçalves (Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural)

A Presidente da Reunião perguntou se havia algum processo para incluir na Ordem de Trabalhos, estabelecida conforme determina a alínea o) do nº 1 do Artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e se a mesma era aceite pelo Executivo, o que veio a verificar-se por unanimidade, sendo que nenhum serviço ou eleito solicitou o agendamento de qualquer processo.

A presente Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nisa e relativamente ao seu funcionamento, foi interrompida, para almoço, às 13H00, tendo os respectivos trabalhos sido reiniciados às 15H00.

Ponto Nº 1. Período de antes da Ordem do Dia.

Assuntos para conhecimento:

Foi posta á disposição do executivo, para que da mesma os eleitos pudessem ter conhecimento, a documentação a que a seguir se faz referência:

- Ofício de 3/12/2009 da APECATE – Associação Portuguesa de Empresas de Congressos Animação Turística e Eventos, prestando esclarecimento sobre o Decreto-Lei nº 108/2009, de 15 de Março e solicitar a cooperação na luta contra entidades ilegais de empresas de Animação Turística.

Neste Ponto, verificou-se a presença de diversos trabalhadores da Câmara Municipal de Nisa e dirigentes do STAL-Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local/Delegação de Portalegre, na sequência de um plenário que realizaram antes do início da presente reunião, onde debateram a não aprovação do Mapa de Pessoal.

Informações do Eleitos:

A Presidente da Câmara solicitou ao executivo a disponibilidade para a realização de uma Reunião Extraordinária para a próxima Quarta Feira, dia 10 de Fevereiro do corrente ano, sobre a Ternisa e ADN.

Ponto Nº 2 – DF – Deliberação Nº 36/2010

Resumo Diário de Tesouraria.

Aprovar, por unanimidade e nos termos da documentação que foi disponibilizada pela Divisão Financeira/Secção de Contabilidade e que vai ficar arquivada em pasta anexa à presente Acta, a situação relativa ao Resumo Diário de Tesouraria Nº 20, correspondente ao dia 29 de Janeiro de 2010 e em que os respectivos numerários são os a que a seguir se faz referência:

- Operações orçamentais: 242.736,78€ (duzentos e quarenta e dois mil, setecentos e trinta e seis euros e setenta e oito cêntimos)

- Operações não orçamentais: 240.081,18€ (duzentos e quarenta mil, e oitenta e um euros e dezoito cêntimos).

Ponto Nº 3 – GAP – Deliberação Nº 37/2010

Revogação da Deliberação nº 02/2010 de 6 de Janeiro de 2010, relativamente ao último parágrafo no que respeita á não previsão de encargos com alteração de posicionamento remuneratório por opção gestonária e com atribuição de prémios de desempenho, previstos nas alíneas b) e c) do nº 2 do artº 5 do Decreto-Lei nº 209/09, de 03-09 – Mapa de Pessoal do Município de Nisa para o ano de 2010.

Relativamente ao assunto a que acima se faz referência, revogar a deliberação nº 2/2010, de 6 do mês de Janeiro do corrente, em consequência aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Nisa para ano 2010, nos termos constantes da Proposta nº 5/2010 do dia 2 do corrente mês, da presidente da Câmara e do Vereador Dr. Manuel Bichardo:

“1. Face aos custos apurados à data de 29/01/10 nas rubricas de pessoal, foi possível diminuir a previsão de despesas com pessoal num total de cerca de 250.000€.

Os respectivos valores, na sua maioria, prevêem um acréscimo de 2% (previsão de aumento para a Função Pública) embora estejam previstos no orçamento de estado o congelamento dos salários. Estes valores foram mantidos, atendendo às negociações entre sindicatos e governo, ainda a decorrer, e permitir a existência de margem suficiente para cobrir rubricas oscilantes de ano para ano com alguma necessidade de reforço. No estrito cumprimento da Lei das Finanças Locais, as verbas com o Pessoal não podem sofrer alteração no montante global da despesa aprovada em orçamento, assim deverá sempre existir uma margem que cubra eventuais alterações entre rubricas. (exemplo: encargos com a saúde, pessoal aguardando aposentação, formação, outras prestações familiares e alteração de posicionamento remuneratório para o pessoal não docente) permitindo o seu reforço durante o ano;

2. A moção aprovada no último plenário de trabalhadores (27.01.10) aponta para a inclusão no mapa de pessoal de todos os postos de trabalho correspondentes ao número de contratados existentes, cuja duração do contrato ultrapasse os 5 anos, que irão cessar durante o ano de 2010 e 2011, tal como foi previsto na Proposta inicial apresentada em Reunião de Câmara de 16 de Dezembro de 2009. Não tendo sido considerados os lugares correspondentes a todos os contratados que cessam funções no ano de 2011, o que é ilegal e terá consequências e impactos negativos para a gestão do Município, embora os mesmos não tenham encargos no orçamento de 2010;

3. A mobilidade inter-municípios da Dr.^a Anabela já foi prevista em orçamento e compete, somente às Câmaras Municipais respectivas, na pessoa dos seus Presidentes o prolongamento ou não do prazo respectivo. (Março a Dezembro);

4. A mobilidade inter-carreiras do funcionário Bento Semedo não tem implicações no orçamento municipal (28 € x 14 = 392€). A abertura de concurso externo em Outubro de 2010 implica a perda do direito de preferência deste trabalhador, o que em termos orçamentais pode representar um acréscimo de despesas com pessoal para 2011, cerca de 20.000€;

5. As dúvidas objectivas que motivaram a proposta do Mapa de Pessoal apresentada pela Sr.^a Vereadora do PSD e aprovada na reunião de 6 de Janeiro e corroborados pelos Srs. Vereadores do PS, embora legítimas, neste momento são perfeitamente ultrapassáveis face aos esclarecimentos prestados, bem como o maior rigor na elaboração do orçamento/despesas com pessoal;

6. Os Srs. Vereadores do PS, ainda não apresentaram qualquer proposta para fundamentar as alterações ao Mapa de Pessoal apresentado em reunião de câmara do dia 16/12/2009, a não ser as declarações que constam da respectiva acta, as afirmações proferidas nas sucessivas Reuniões de Câmara e Assembleia Municipal de 28/12/09 que apenas referem, de forma deliberada, a perseguição a funcionários da Autarquia pelo seu posicionamento político, o que revela total incumprimento da Constituição da República Portuguesa;

7. Os direitos dos trabalhadores da Câmara Municipal de Nisa, são para serem respeitados, pois lhe assiste, também, a qualidade de Municípes do Concelho, não podendo ser vítimas de políticas discriminatórias que apenas visam agudizar os conflitos sociais e o mau funcionamento das instituições,

Propomos:

A revogação da deliberação 02/2010 de 6 de Janeiro de 2010 relativamente aos seguintes pontos:

1. Contemplar alteração de posicionamento remuneratório por opção gestionária no valor de 34.000€ no Mapa de Pessoal podendo ser sujeita a alteração, após negociação com o Ministério da Educação sobre as verbas a transferir para o pessoal não docente, não alterando o valor global do orçamento, em perfeito respeito pela Lei das Finanças Locais;

2. Contemplar no Mapa de Pessoal os lugares referentes a todos os postos de trabalho cujos contratos a termo têm mais de cinco anos e terminam em 2011 por força da aplicação do nº 4º do artigo 14º da Lei preambular do RCTFP/ Lei nº 59/2008 de 11/09.

3. Contemplar no Mapa de Pessoal a mobilidade inter-municípios;

4. Revogar o ponto do Mapa de Pessoal e contemplar a mobilidade inter-carreiras do funcionário Bento Semedo, sendo o valor restante, não orçamentado, retirado do vencimento dos órgãos autárquicos”.

Para além da Proposta antes transcrita, a Vereadora Dr.^a Fernanda Policarpo, face à redução de 250.000€ no Orçamento da Despesa com pessoal, apresentou igualmente uma proposta, elaborada no dia vinte e sete do mês de Janeiro do corrente ano a qual não foi apresentada nessa Reunião extraordinária uma vez que não foi discutido o Orçamento da Despesa, no sentido do Mapa de Pessoal incluir:

- Uma dotação de 40.000€ para alterações de Posicionamento Remuneratório “Opção Gestionária”;

- Uma Dotação de 10.000€ para prémios de desempenho.

Referiu a necessidade de salvaguardar situações decorrentes de eventuais reclamações em curso o que o processo viesse ainda suscitar e por outro lado a instituição de formas de compensação para quem mais de se distinguisse nos serviços Prestados justificando os montantes propostos.

Assim Executivo reunido aprova, por maioria, com os votos favoráveis da Presidente da Câmara e dos Vereadores Dr. Manuel Bichardo e Dr.^a Fernanda Policarpo, abstenção dos Vereadores Dr.^a Idalina Trindade e Eng.^o Francisco Cardoso, o Mapa de Pessoal do Município de Nisa, nos termos da documentação que fica anexa a presente Acta e para cumprimento do disposto no nº 2 do Art.^o 3º do Decreto- Lei nº 209/09, de 3 de Setembro, e remeter o processo à Sessão da Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.

Mantendo-se o montante de 85.924,75€ com encargo no orçamento para o recrutamento de trabalhadores necessários a ocupação dos postos de trabalho ora aprovados para 2010, nos termos da alínea a) do nº 2 o Artº 5º do Decreto-Lei nº 209/09, de 3 de Setembro, aprovado também o montante de 40.000€ como encargo para alteração de Posicionamento Remuneratório por Opção Gestionária, nos termos da alínea b), nº 2 do Artº 5 do citado diploma legal, aprovado também o montante de 10.000€ para a atribuição prémios de desempenho de acordo com o previsto da alínea c) do nº 2 do Artº 5º do já citado diploma legal.

A Vereadora Drª Idalina Trindade, ditou para a Acta a seguinte declaração de voto:

“Após demagogia da Srª Presidente utilizando o sindicato e trabalhadores do Município como arma contra os Vereadores do PS, depois de mentir deliberadamente ao afirmar que os Vereadores do PS, não fundamentaram o seu sentido de voto na Reunião de 06/01/2010 ao aprovar sob proposta verbal do PSD os limites possíveis dos trabalhadores a contemplar no Mapa de Pessoal: 7 Assistentes Operacionais para o Gabinete da Educação – DDSC, por forma de garantir o regular funcionamento das actividades lectivas no âmbito das transferências pela Administração Central para a Autarquia, 3 Assistentes Operacionais para a Divisão de Obras, equipamento e Manutenção – DOEM e por proposta do Vereador do PS, tendo em conta a possibilidade de negociação inicial que estes trabalhadores não fossem remunerados pelo início do posicionamento da tabela salarial, mas pelo montante imediatamente superior e assim fazer justiça aos menos remunerados deste Município, 5 postos de trabalho por contrato por tempo determinado, para o Gabinete de Protecção Civil, assegurando assim o cumprimento do protocolo e o regular funcionamento deste Gabinete. Para Gabinete da Educação 3 posto de trabalho, professora de Inglês para o desempenho da regular das actividades extra-curriculares e 2, Assistentes Operacionais, Nadadores Salvadores.

Previsão do Mapa de Pessoal dos postos de trabalho actualmente ocupados pelos seguintes trabalhadores cujos contratos de trabalho terminam durante o ano de 2010: Estrela Manteiga, Marco Moura, Gloria Carita, Conceição Carrilho, Gonçalo Louro, Elsa Ramalhete, Narcisa Vaz e Paula Carqueija.

Não concordam os Vereadores do PS com a Mobilidade imediata inter-carreira do funcionário Bento Semedo, mas antes abertura do procedimento concursal durante o mês de Outubro de 2010 para o preenchimento de lugar de Técnico Superior para a Biblioteca Municipal.

Relativamente à proposta de Mobilidade da Funcionária da Câmara Municipal de Palmela, Drª Anabela, viabiliza por despacho da Srª Presidente em 2009, para exercer funções no Gabinete da Cultura durante um ano a terminar portanto em Março, não concordam que seja prorrogada até Dezembro de 2010.

Entenderam os Vereadores do PS que havendo desemprego em Nisa e pessoas de Nisa a trabalhar fora com a mesma formação da Drª. Anabela e que já requereram a sua transferência e que lhes foi recusado, pensamos que o desempenho desta senhora poderia ser desenvolvido por uma pessoa da terra.

Quanto a posição remuneratória por opção gestionária e verbalizada pela Srª Vereadora do PSD, na Reunião de 6 de Janeiro quando disse que não concordava com as alterações de Posicionamento remuneratório por opção gestionária, porque existem funcionários que foram sempre promovidos sistematicamente, pensamos que perante um Município que tem trançado uma trajectória despesista, em que de 2008 para 2009, transferiu em despesa Corrente uma divida de 1.042.304€ e em despesa de Capital de 2.677.418,09€, considerando que o auditor externo das contas do Município escreveu relativamente ao primeiro semestre ano de 2009 que o Município de Nisa, orçamenta a realização de despesa no início do exercício abaixo da

média, no entanto observando a realização da despesa paga em 2009, cerca de 36% (trinta e seis por cento), corresponder a despesa com pessoal estando um pouco acima da média das Autarquias, do país, perante os saldos de caixa da Câmara Municipal de Nisa no início deste mandato que não iam além dos 1500 euros ou 2000 euros.

Estes foram e são os fundamentos dos Vereadores do PS, face a uma Gestão irresponsável do Município, por parte da Sr^a Presidente da Câmara para não votarem favoravelmente, aquilo que foi um acordo prévio entre a CDU e a Vereadora do PSD aquém de resto a Sr^a. Presidente acabou de agradecer hoje a disponibilização dada pela Sr^a Vereadora do PSD, durante estes últimos dias para chegarem a um consenso sobre o Mapa de Pessoal.

Não compreendem os Vereadores do PS, que a Sr^a Vereadora do PSD se tenha posicionado contra a proposta da CDU, com dotação orçamental para viabilizar as alterações de posicionamento remuneratório por opção gestionária, e venha hoje aqui em manifesta sintonia com a CDU, esquecendo tudo o que declarou. E voto na Reunião de 6 de Janeiro. Os Vereadores do PS desconhecem o tipo de negociação e abordagens havidas entre PSD e CDU e bem assim desconhecem as contrapartidas negociadas entre a CDU e PSD.

Declara a sua indignação relativamente á absoluta falta de capacidade de flexibilização para prover consensos demonstrada pela Sr^a Presidente da Câmara, relativamente aos Vereadores do PS, que sistematicamente agrade verbalmente e acusa de protagonista da instalação de clima de guerrilha e de desrespeito pelos direitos dos trabalhadores.

Os Vereadores do PS, respeitam e sempre respeitarão os trabalhadores e os seus direitos nomeadamente dos menos remunerados, tendo dado disto exemplo ao estabelecerem uma remuneração dos Assistentes Operacionais, recrutar para DOEM não pelo mínimo da tabela salarial mas pelo valor seguinte.

Os Vereadores do PS, não compactuam com manobras e com instrumentalização do Sindicato afecto ao Partido Comunista Português, para pressionar tomadas de posição deste Órgão Executivo, e não temem as ameaças formuladas pelo Sindicato acrescentam os Vereadores do PS, que nunca quiseram violar os direitos dos trabalhadores e que no ano de 2007, não foram os Vereadores do PS que deliberam que nenhum trabalhador do Município tivesse nota superior a Bom, a Sr^a Presidente é que foi protagonista desta situação, isto sim é perseguir funcionários impedidos de progredir, onde estava o STAL nesta altura. Disse. Idalina Trindade.”

Vereadora Dr^a Fernanda Policarpo ditou para Acta a seguinte declaração de voto:

“A proposta que subscrevi e que foi aprovada, com o meu voto e o dos vereadores da CDU, reflecte a minha preocupação em justicar os trabalhadores do Município que, no processamento de 2009, não foram abrangidos pelas medidas do anterior Executivo, previstas na Lei, segundo critérios e procedimentos que fundamentaram a sua forte crítica e oposição. Quando da apresentação da proposta inicial do Executivo para resolver esta questão, manifestei o meu voto contrário tendo deixado bem claro que a informação então facultada era insuficiente para uma tomada de posição coerente, justa e equilibrada estando, no entanto, disponível para voltar a debater o assunto logo que fossem clarificadas diversas questões de interpretação e análise não só dos normativos legais aplicáveis bem como dos procedimentos então seguidos pelo anterior Executivo. Assim, para além de diversa informação e de esclarecimentos solicitados aos Serviços do Município, mantive reuniões com o Sindicato, que incluiu a presença da Vereadora do Partido Socialista, Idalina Trindade e com esta própria na sua residência. Pelo que e desde já, repudio a insinuação caluniosa da citada Vereadora Idalina Trindade ao afirmar, na sua Declaração de Voto, que a proposta agora aprovada resulta de acordo prévio havido com a CDU. Se acordos houveram, foi exactamente com a citada Vereadora a qual, nas reuniões anteriormente referidas, afirmou que não se oporia a eventual proposta de resolução que apresentasse e de que viria a tomar conhecimento na reunião do

Executivo de 27 de Janeiro último. Não entendo tal atitude pelo que ela representa de má fé e de intenções poucos claros nomeadamente quando, com a proposta agora aprovada, se pretende resolverem situações de injustiça, comparativamente aos apoiantes da actual Presidente, que a citada Vereadora sempre invocou. A minha proposta tem por objectivo, nomeadamente eliminar discriminações entre grupos profissionais que a análise do processo determinou. Não visa contemplar trabalhadores de qualquer cariz partidário ou apoiantes! Não é para isso que aqui estou nem me move quaisquer intenções de poder! Estou aqui para servir os interesses de todos os munícipes quaisquer que sejam as suas condições políticas, sociais ou económicas! A situação financeira do Município continuará no centro das minhas preocupações e, por isso, defenderei todas as medidas que visem racionalizar custos como as que entretanto foram tomadas reduzindo a proposta de Orçamento em cerca de duzentos e cinquenta mil euros. ”

A Presidente da Câmara referiu:”Esta Proposta apresentada entre a Presidente da Câmara e o Sr. Vereador, Dr. Manuel Bichardo, teve em conta as orientações devidamente fundamentadas por parte de Sr^a Vereadora, do PSD, Dr^a Fernanda Policarpo, tanto na Reunião do dia seis do mês de Janeiro do corrente ano, como na Reunião Extraordinária do dia vinte e sete do mês de Janeiro do corrente ano, pelo que foram por mim dadas indicações expressas aos Serviços no sentido do refazer os documentos previsionais, nas suas diferentes rubricas incluindo as do pessoal.

Não houve qualquer acordo com a Sr^a. Vereadora do PSD, Dr^a Fernanda Policarpo, apenas a mesma mostrou total empenho em acompanhar o trabalho que estava a ser acompanhado pelo Sindicato como comprovam os e-mails, recebidos no Gabinete de Apoio Pessoal - GAP, pedindo esclarecimentos sobre a alteração do respectivo orçamento. Tendo sido facultado vários documentos relativos ao trabalho em curso, os mesmos teriam sido facultados aos Senhores Vereadores do PS, caso o tivessem manifestado dúvidas, em relação dos diferentes pontos agendados para esta Reunião, quero deixar expresso o esforço dos Serviços desta Câmara Municipal de Nisa, nomeadamente da Divisão Financeira, das pessoas, Chefe de Divisão, Dr^a Graça Sales, da Coordenadora da Secção de Contabilidade, D^a. Graça Moura e do Coordenador Técnico, responsável pela Secção de Receitas, o Sr. Domingos Gonçalves e da Directora de Departamento, Dr^a Ermelinda Martins, que trabalharam durante o fim-de-semana para proceder a todas as alterações propostas pelos Senhores Vereadores da oposição na Reunião Extraordinária do dia vinte e sete do mês de Janeiro do corrente ano”

Ponto Nº 4 – DF – Deliberação Nº 38/2010

Grandes Opções do Plano do Município de Nisa para o Ano de 2010 – Integração das Propostas da Oposição.

Sobre o assunto a que acima se faz referência, há que referir que as Grandes Opções do Plano fazem parte integrante dos documentos previsionais, conforme previsto nas considerações técnicas do POCAL, são consideradas como sendo as linhas de Desenvolvimento estratégico da Autarquia e incluem o Plano Plurianual de Investimento (PPI) e as Actividades Mais Relevantes (AMR), sendo que estas se consideram as actividades mais importantes na gestão Autárquica e aquele apresenta todos os projectos e acções que impliquem despesas orçamentais a realizar por investimento.

Nestes termos e conforme conteúdo da Proposta nº 6/2010, do dia 2 do corrente mês, da Presidente de Câmara e do Vereador, Dr. Manuel Bichardo:

Atendendo às propostas apresentadas pelos Senhores Vereadores da oposição e de acordo com a Informação/Proposta Nº 03/2010, da Divisão Financeira, remetida a esta Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nisa de 3/02/2010, apresentamos a seguinte proposta:

1.

a) Atendendo à solicitação da Sr.^a Vereadora do PSD, Dr.^a Fernanda Policarpo para a diminuição da receita foi elaborado um orçamento corrigido que contempla uma diminuição na receita corrente de 460.401€ e na de capital de 572.450€;

b) A diminuição da receita de capital implicou iniciar, obras candidatas em 2011, devidamente discriminadas em anexo nas G.O.P.'s.

A diminuição da receita corrente, implicou a diminuição das despesas com pessoal e cortes significativos no orçamento, conforme mapa anexo (mapa da despesa), com consequências ao nível do funcionamento e da actividade normal da Câmara Municipal de Nisa.

c) Relativamente aos pontos 1 e 2 estão já previstos por administração directa e contemplam a escola de Tolosa;

d) O Centro de Saúde de Nisa contempla 50% do valor da obra em 2010 e 50% em 2011 (origina um decréscimo na receita no valor de cerca de metade);

e) Relativamente ao ponto 5 as AEC têm que ser devidamente aprovadas pelo Ministério da Educação e contemplar Técnicos com habilitação própria;

No entanto será uma hipótese a considerar no próximo ano lectivo e a negociar, no pacote das AEC, com o Ministério da Educação;

Nota: A ADN está a desenvolver um projecto, integrado na criação de um Centro de Artes e já propôs o estudo desta área nos cursos de nível 3 da Etaproni.

f) O Ponto 6 – contactar a Arqt.^a que tem os direitos de autor e reavaliar o projecto.

Nota: A rubrica referente à Praça da Republica ainda está em P.P.I e pode ser sempre reforçada.

g) O Ponto 7 – integrar outros elementos lúdicos na Praça da Republica é possível (embora estejam sujeitos a licenciamento do IND) bem como na Zona da Devesa.

h) O Ponto 8 – serão incluídos na Requalificação e Regeneração Urbana do Centro Histórico de imediato e por posterior deliberação de câmara, afectar ou não a casa de função disponível.

i) O Ponto 9 – está previsto o abrigo naquele local até à construção do terminal rodoviário.

j) O Ponto 10 – já existe o cartão sénior com regulamento publicado em Diário da República logo poderá existir um reforço de apoios, pelo que será elaborada uma proposta pela DDSC.

l) O Ponto 11 – comunicar à DPU o estudo de um acesso alternativo.

m) O Ponto 12 – embora já existam propostas dos serviços para a criação de Bolsas de Estudo, as mesmas carecem de elaboração de regulamento, pelo que deverá a DDSC apresentar em 2010 uma proposta ao executivo de Bolsas de Estudo para estudantes do Ensino Superior ou Secundário, com dificuldades económicas comprovadas.

2 - Atendendo às propostas dos Srs. Vereadores do PS (Dr.^a Idalina Trindade e Eng. Sena Cardoso) contidas na IP, tivemos em atenção os considerando da mesma, nomeadamente: desequilíbrio orçamental, revogações das deliberações do executivo anterior, adjudicação a entidades.

Mais se informa que o orçamento inicial já tinha previsto uma verba residual de mais de 200.000€ para instituições sem fins lucrativos, prevendo a deliberação futura de apoios face a projectos em conclusão (Centro de dia/ Lar de Arez, Sociedade Musical Nisense e Santa Casa da Misericórdia de Alpalhão).

Nota: (O valor era de 431.300€).

Face à proposta da Sr.^a Vereadora Fernanda Policarpo sofreu um corte de 100.000€.

A rubrica Freguesias em capital já tinha previsto uma verba residual de cerca de 60.000€ para posterior reforço ou não de acordo com as propostas de investimento apresentadas pelas Juntas de Freguesia e sujeitas a deliberação do executivo.

Ponto 1 – Prevista em A.M.R.'s uma verba de 70.000€ definida e 30.000€ a definir em 2010; 100.000€ definidos em 2011 e 300.000€ a definir em 2012.

Esta obra está dependente de candidaturas ao programa Pares e apoio da Segurança Social. Pontos 2 – Definiram-se 28.000€ e 22.000€ a definir em 2010; 150.000€ definidos em 2011 e 150.000€ definidos em 2012.

A realização desta obra está dependente do contrato programa e respectiva candidatura pretendendo a Sociedade Musical Nisense realizar a obra no final do ano.

Ponto 3 – Foram definidos 60.000€ em 2010 e 60.000€ em 2011.

Face à natureza da obra, abertura de procedimento concursal, está previsto executar em 2010 metade e o restante em 2011.

Ponto 4 – Impossível reduzir, são necessárias aquisições de materiais para repor equipamentos.

Ponto 5 – Face às deduções feitas em despesa de capital é impossível, de imediato reforçar verba.

Ponto 6 – Terá que ser apresentada proposta para a revogação de deliberação do executivo e da Assembleia Municipal. Alerta-se para as consequências legais desta decisão.

No entanto, como esta verba se destina a cobrir o passivo da Etaproni, estando a decorrer neste momento um inquérito interno, poderá ser revogada por proposta dos Srs. Vereadores esta deliberação, assumindo os anteriores membros da Direcção da ADIP os custos deste passivo.

Assim, caso se venha a revogar esta deliberação deverão ser reforçadas as rubricas com verbas a definir, nomeadamente (Sociedade Musical Nisense e Santa Casa da Misericórdia de Arez).

Ponto 7 – Foram definidos 50.000€ para este ano e o restante para 2011, conforme proposta apresentada à Santa Casa da Misericórdia de Nisa.

Ponto 8 – Foi efectuada a respectiva correcção.

Ponto 9 – Obra prevista em reunião com a Junta de Freguesia, a ser realizada por administração directa.

Ponto 10 – Impossível anular, já foi adjudicado.

Ponto 11 – Já foi apresentada proposta no Ponto 1 alínea m).

Ponto 12 – Está em preparação a abertura do concurso para concessão.

Ponto 13 – Esta adaptação já está previsto para este ano.

Ponto 14 – Obra da responsabilidade da Junta de Freguesia e o projecto está a ser executado na Câmara.

Ponto 15 – O estudo já está feito.

Ponto 16 – Obra de adaptação a realizar por administração directa, já identificada pelos serviços.

Ponto 17 – Prevista cobertura, existe rubrica aberta em PPI na Praça da República.

Ponto 18 e 21 – Foi anulado.

Ponto 19 – A obra é mínimo e destina-se à aquisição de equipamentos.

Ponto 20 – Está previsto em PPI.

Só após candidatura serão definidas verbas.

Ponto 22 e 23 – Só após revogação de deliberação, não podem ser anulados em 2010, pois as acções já se encontram concluídas.

Ponto 24 – Iniciar a obra. A rubrica encontra-se aberta em PPI.

Ponto 25 – Não existe verba disponível, o restante fica a definir e se for revogada alguma deliberação, poderá ser reforçada.

Neste momento não existem candidaturas.

Ponto 26 – Estão previstas mais: Casa do Forno e artesãos ao vivo no Núcleo do Bordado e Núcleo Central.

Só nos falta motivá-los para permanecerem nas instalações.

Ponto 27 - Já está previsto em PPI.

Ponto 28 – O plano estratégico do Município aponta para a construção do Museu do Queijo em Tolosa.

Estas são as propostas possíveis de incluir sem provocar desequilíbrio financeiro e, correspondendo às indicações dos Srs. Vereadores.

As G.O.P.'s têm dois documentos distintos: o Plano Plurianual de Investimento (PPI) e Actividades mais Relevantes.

O PPI é um instrumento de planeamento do investimento que obedece a uma estratégia de prioridades definidas por anteriores executivos que representaram a vontade das populações do Concelho.

Assim, é legítimo que os Srs. Vereadores queiram alterar essa estratégia, no entanto as propostas apresentadas são apenas Acções que se enquadram na maioria das rubricas já existentes e não definem novos programas ou projectos que seriam de considerar para os anos vindouros, isto ao nível de novos investimentos ou das actividades mais relevantes.

Logo, somos levados a concluir que a não existência de novos programas ou projectos a serem enquadráveis para este mandato (a 4 anos ou mais), mesmo sem execução orçamental este ano, mas que iriam definir orientações aos serviços e ao nível de gestão, são reveladores de concordância com a estratégia seguida para o Município ao longo destes oito anos.

Face ao exposto, estão reunidas as condições que permitem à aprovação das G.O.P.'s, pois não existem propostas para anular programas ou projectos em PPI, nem para a inclusão de outros, tal como prevê o estatuto da oposição.”

Nestes termos, cujo cópia, assim como a restante documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa á presente Acta, o Executivo aprova, por maioria, com dois votos favoráveis da Presidente de Câmara e do Vereador, Dr. Manuel Bichardo e três abstenções dos Vereadores, Dr^a. Idalina Trindade, Dr^a Fernanda Policarpo e Eng^o Francisco Cardoso.

A Presidente da Câmara informou que as propostas dos Vereadores, foram tidas em conta, foram dadas orientações aos Serviços para alteração orçamental, Receita e despesa. Chefe Divisão Financeira, Dr^a Graça Sales, informou que o documento está de acordo com as indicações expressas da Sr^a Presidente e Vereador, Dr. Manuel Bichardo.

A Vereadora, Dr^a Idalina Trindade, disse que percebe as orientações da Sr^a Presidente para os Serviços, só não percebem porque é que elas não plasmam as propostas dos Vereadores só PS e leu a proposta ponto por ponto que consta na IP nº 3/2010 da DF na sequência da apresentação verbal que fez dessas propostas na Reunião de 12 de Janeiro para demonstrar que foram incluídas apenas 3 parcialmente num universo de 28.

A Vereadora, Dr^a Fernanda Policarpo, referiu que não estão devidamente fundamentadas as transferências para a ADN, aguardando que sejam esclarecidas, na reunião prevista com aquela Associação, todas as dúvidas que os documentos lhe suscitaram. Referiu ainda que as habitações pertença da Câmara e desocupadas deveriam ser objecto de plano para as ceder a estudantes de fracos recursos económicos.

Concluiu a sua intervenção fazendo montar a necessidade de criar ou ampliar as zonas lúdicas, em particular de Alpalhão, Nisa e Tolosa.

A Presidente da Câmara, informou que quantas as casas para os estudantes, serão no centro Histórico de Nisa e quanto as áreas lúdicas, estão estudadas.

A vereadora Dr^a Idalina Trindade referiu-se a orçamento no documento sobre rubrica – publicidade.

- O Vereador Eng^o Francisco Cardoso, perguntou se no projecto do cais de atracamento de Santana, estava previsto o arranjo da zona envolvente de modo a criar uma zona de lazer, perguntou ainda se em 2010 tinham sido consideradas as suas sugestões de criação de um

Museu do Queijo, da ampliação da ZAE, de modo a aumentar a oferta de lotes, da criação de um fundo de apoio aos jovens empresários, bem como do apoio à Sociedade Musical Nisense para arranque da obra da nova sede. O Vereador questionou ainda alguns aspectos que visavam algumas intervenções na Praça da Republica (estacionamentos) e no Mercado Municipal.

A Presidente da Câmara, disse que as propostas devem ser consideradas, estamos a falar adaptações de acordo com os projectos de alteração, não aparece no P.P.I., preocupações com projectos avançados para o desenvolvimento, sobre a Albergaria (esta marcada reunião com a EDP).

O valor global das G.O.P.'s do Município de Nisa para o ano de 2010, é de 9.263.790,00€ (nove milhões, duzentos e sessenta e três mil, setecentos e noventa euros) em financiamento definido, sendo que:

- O total apurado no P.P.I. (Plano Plurianual de Investimento) em financiamento definido, é de 8.079.585,00€, (oito milhões e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e cinco euros);

O total apurado nas A.M.R.'s (Actividades Mais Relevantes) em financiamento definido, é de 1.184.205,00€, (um milhão, cento e oitenta e quatro mil, duzentos e cinco euros).

O presente processo irá ser remetido á Sessão da Assembleia Municipal de Nisa , para apreciação, discussão e eventual aprovação, nos termos do disposto na alínea b) do nº 2 do Artº 53 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as respectivas alterações.

Ponto Nº 5 – DF – Deliberação Nº 39/2010

Orçamento da Receita e Despesa do Município de Nisa para o ano de 2010.

Relativamente ao assunto a que acima se faz referência, e com as alterações efectuadas com base nas G.O.P.'s (Grandes Opções do Plano) das propostas da oposição deste Executivo a uma redução em, Receita e Despesa.

O Vereador Engº Francisco Cardoso, perguntou se havia alguém para aposentação e os 24 postos de trabalho para que são.

A Vereadora Drª. Idalina Trindade perguntou do que era o o valor em divida do trabalho realizado nos Recursos Humanos e a quem a Câmara devia.

A Presidente da Câmara informou que tinha conhecimento de um ou dois funcionários para a aposentação e que o trabalho, estudo nos Recursos humanos vai ser finalizado, é da responsabilidade da Srª Teresa Samarra.

A Vereadora Drª Fernanda Policarpo, disse que a Rubrica, Comunicações, apresentou um valor muito elevado e perguntou quais a regras de atribuição dos telemóveis.

O Vereador Engº Francisco Cardoso, pergunta que tipo de contrato tem o Município com a TMN, também acha muita verba na Rubrica Comunicações.

A Presidente da Câmara, informou que existe um contrato com a PT – Comunicações, a Central Telefónica, e a atribuição de telemóveis, são entregues aos encarregados, motoristas e chefias que estão a trabalhar no exterior do Município e quem controla e efectua a sua distribuição é Coordenadora Técnica, Deolinda Martinho.

A Vereadora Drª Idalina, disse que a Rubrica Publicidade, tem um valor exagerado e é este tipo de despesa que tem que sofrer alguns cortes.

A Vereadora Drª Fernanda Policarpo, pergunta a possibilidade de reduzir no orçamento a Rubrica -Publicidade.

O Vereador, Dr. Manuel Bichardo, disse que o Município tem contrato com essas entidades e que são para cumprir até ao fim.

A Vereadora Drª Idalina Trindade, disse que a Rubrica Vigilância e Segurança tem um montante exagerado e é para pagar o que se na Rubrica – Freguesias os pagamento são efectuados de igual modo as todas as Juntas.

A Presidente da Câmara respondendo as questões sobre publicidade os compromissos que este Município tomou deverão ter em conta até ao fim, a Rubrica – Vigilância e Segurança, deve-se ao encargo da vigilância da Nisartes e Museu e que existe um reforço na Rubrica Freguesias.

Cujo a cópia da documentação fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, o Executivo reunido aprova, por maioria com dois votos favoráveis, Presidente da Câmara e do Vereador Dr. Manuel Bichardo e dois votos contra, da Dr^a Idalina e Eng^o Francisco Cardoso e abstenção da Dr^a Fernanda Policarpo, tendo a Presidente da Câmara utilizado o voto de Qualidade, aprovar o Orçamento da Receita e Despesa do Município de Nisa para o ano de 2010, com um total de apurado no valor de 19.083.650,00€, (dezanove milhões, oitenta e três mil e seiscentos e cinquenta euros), sendo 9.133,370,00€, (nove milhões, cento e trinta e três mil, trezentos e setenta euros) de Corrente e 9.950.280,00€, (nove milhões, novecentos e cinquenta mil e duzentos e oitenta euros) de Capital.

O presente processo irá ser remetido à Sessão da Assembleia Municipal, para apreciação, discussão e eventual aprovação, nos termos do disposto na alínea b) do nº 2 do Artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

A Vereadora Dr^a Idalina Trindade ditou para a Acta a seguinte declaração de voto:

“Dizer que valeu a pena discutir e analisar com eficácia e com a ajuda preciosa e contributo igualmente muito valiosos dos funcionários Municipais a quem agradeço a paciência de me terem esclarecido e por me terem permitido ver com clarividência os documentos previsionais, antes da votação.

Na realidade os quais, tanto no ponto de vista da receita como no ponto de vista da despesa, sem termos escarpado rubrica a rubrica todas as acções, não permitiriam, inteirarmo-nos da realidade financeira e contabilística do Município, se assim não tivesse acontecido, a minha participação seria uma participação frouxa, pouca informada e limitar-me-ia a vir aqui abanar a cabeça, era muito mais fácil, mas gosto de contribuir para as decisões estratégicas em consciência e só com uma informação detalhada é possível formar uma opinião sustentada, refiro-me também à informação da Divisão Financeira, elaborada pela Chefe de Divisão, e que nos foi presente, a Informação Proposta nº 40/2009, de 14/12/2009, em que refere as limitações relativamente à vertente da despesa em todas as rubricas do orçamento, o aumento da dívida desde 2007 e os alertas que tem feito à Presidente da Câmara desde aquele ano.

Contribuir para a construção de um orçamento que assente no princípio do equilíbrio em que deixe de existir transferência de verba de capital para corrente para fazer face a despesa de funcionamento normal deste Município foi o meu propósito e que promova o desenvolvimento do meu Concelho e criação de riqueza e alertar para a necessidade de implementar medidas de grande contenção a nível global são palavras da Informação 40/2009 que eu subscrevo.

Refere ainda que a receita final apurada com o documento que nos foi proposto resultou das orientações impostas pelo despacho da Sr^a Presidente de 11/12/2009.

Este despacho inflaciona as receitas de tal sorte que tendo sido a receita cobrada no ano anterior no montante de 14.803.406€, a proposta de orçamento do ponto de vista da receita apareceu inicialmente com o valor de 20.116.500 euros.

Aparece um documento previsional alterado, após debate e discussão em reunião do executivo com o valor de 19.083.649€ de receita de onde resulta ainda um empolamento da receita equivalente a 4.280.243€

Ao que parece esta tem sido a prática desta casa, fazer um empolamento da receita o que equivale a laborar sobre pressupostos errados o que, do meu ponto de vista coloca em

crise aquilo que deve ser a fiabilidade dos documentos importantes para a gestão Municipal como é o orçamento.

Relativamente ao orçamento da despesa verifica-se uma percentagem demasiado grande de cabimento com despesas assumidas em anos transactos.

Perante tal situação da qual eu não sou responsável, porque não estava cá e discordo manifestamente de determinadas opções de despesa, e perante uma dívida à banca tão elevada como a existente, para não estar repetir, já o disse de manha, a transição da dívida acumulada do orçamento de 2009 para 2010 em despesa geral equivale a 3 milhões e 900 mil. Fazendo uma análise mais detalhada relativamente às rubricas orçamentais, não posso deixar de utilizar o termo ousadia, e considerar até de alguma deslealdade política e intelectual determinadas despesas que estão plasmadas no orçamento, das quais excluo naturalmente as despesas com pessoal, que são obrigatórias, e claro está têm de ser assumidas e transitadas. Refiro-me a prendas, condecorações e ofertas, banquetes, que não são da minha responsabilidade, despesas com folhetos promocionais, agendas culturais, publicidade no Jornal do Partido Comunista Português – Catalogo da Festa do Avante, compromissos com publicidade em vários Jornais da Região, compromisso com Rádios Regionais, de fora do Distrito, compromissos com a estação televisão a SIC (9.900€), Publicastelo, Serviço Publicidade no valor de (4.984€), Retrato Falado, Rádio Comercial (15.679€), Rádio Televisão Portuguesa (4.900€, TVI (8.080€), Empresa Prod.Publicidade (4.200€), despesas que considero extremamente elevadas e absolutamente desnecessárias a uma gestão regrada do Município.

Não me considero responsável pelo valor comprometido com dívidas de aluguer de stands da Nisartes no valor de 357.470.79€, 6.500€ igualmente para a limpeza da dita feira, o despesismo completamente inadmissível por falta de controlo e de critérios e objectivos de rigor que devem nortear uma gestão eficiente.

Não me considero responsável pelas despesas transitadas e assumidas com a comunicação social, as quais considero intoleráveis. Validar despesas no valor de 31 mil euros em 2009 com Vigilância das Termas e com a Vigilância da Nisartes, isto foi da responsabilidade da Senhora Presidente da Câmara, não minha.

Por não pretender validar as transferências realizadas para a ADN- Associação de Desenvolvimento de Nisa, por a transferência para a Sociedade Musical Nisense ficar aquém naquilo que acho ser de inteira justiça e que propus.

Porque a Câmara beneficiou o Centro Social de Tolosa e a Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo nos anos transactos, do no meu ponto de vista, para o ano 2010 a Câmara deve assumir com a Santa Casa Misericórdia de Arez uma verba superior à que está inscrita, e que propus desde logo na 1ª Reunião da discussão do orçamento.

E apesar de entre a 1ª proposta apresentada pela Srª Presidente e que apontava para uma despesa corrente no valor de 9.593.700€ e da sua redução para uma cifra de 9.114.670€ o que equivale uma redução de 460,400 mil euros, apesar de entre a 1ª proposta orçamental da despesa de capital no valor de 20.116.500€, no formato final ocorrer um valor de 19.083.050€, o que representa uma redução equivalente a 572,450 € estando consciente que a receita a arrecadar no ano de 2010 não vai ser suficiente para suportar a despesa orçamentada, não posso, em consciência e a bem da contas públicas do rigor e da transparência que tenho o dever de observar numa gestão responsável que aponte claramente numa trajetória de inversão do despesismo sem controlo que se tem verificado neste Município nomeadamente durante o ultimo ano de 2009, validar este documento de gestão Municipal. Sou incapaz de prometer o que não posso dar ou de mudar de opinião só para parecer bem aos eleitores.

A minha missão aqui é dar o melhor que posso e sei a favor do desenvolvimento da minha terra e do bem-estar da minha gente.

Disse. Idalina Trindade.”

O Vereador Engº Francisco Cardoso ditou para a Acta a seguinte declaração de voto:

“Face à situação de excessivo endividamento da Autarquia, estava à espera de uma proposta de orçamento de rigor e de alguma contenção, ora, o que aconteceu, é que, apesar de ter havido uma correcção de 1 032 852 € desde a última reunião para hoje, continua a haver um empolamento da Receita relativamente ao ano transacto, no valor de 29 % (na ordem dos 4.280.243,00 €), o que, a meu ver, torna este orçamento completamente irrealista, com uma receita altamente inflacionada, de modo a permitir uma gestão “despesista”, o que revela não apenas uma incapacidade de criar alguma autonomia e equilíbrio financeiro, como também alguma irresponsabilidade. Assim sendo, o meu sentido de voto, só pode ser contra. Disse, Francisco Sena Cardoso”.

A Vereadora Drª Fernanda Policarpo apresentou a seguinte declaração de voto:

“Só após diversas sessões, como nunca havia acontecido no Município de Nisa, foi aprovado o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2010 com os votos favoráveis dos Vereadores da CDU. O adiar sucessivo da votação das propostas apresentadas pelo Executivo teve origem, fundamentalmente, nos diversos pedidos de informação complementar e de esclarecimentos que formulei junto dos Serviços.

Analisei ao pormenor a evolução económico-financeira do Município dos últimos anos e os esclarecimentos que fui recolhendo permitiram-me concluir da complexa situação com que se deparava o Município para o seu regular funcionamento.

Durante a campanha eleitoral das últimas eleições e em que aceitei o desafio que me foi proposto, fui a primeira a denunciar a derrapagem financeira do Município que já era latente em exercício anterior. Já nessa altura, manifestei a minha preocupação pelo facto da oposição se mostrar alheia ao evoluir da situação uma vez que a generalidade das propostas eram aprovadas por unanimidade ao nível do Executivo.

Quando me foram presentes as propostas de Orçamento, das Grandes Opções do Plano e demais documentos previsionais para 2010 e após uma análise ponderada dos valores propostos e dos esclarecimentos que os mesmos suscitaram, confirmaram-se a preocupação que já antes havia manifestado.

De facto, concluí que toda e qualquer intenção de dinamizar a actividade económica e social do Concelho, estava hipotecada em consequência de medidas não conducentes com a sua realidade económica. Há compromissos assumidos resultantes de políticas anteriores definidas em Orçamentos e Grandes Opções do Plano, nomeadamente de 2007, 2008 e 2009, que só do PSD tiveram voto contra e em cujas Declarações de Voto já se alertava para a debilidade das receitas e a ausência de medidas concretas para o desenvolvimento do Concelho.

Nestas circunstâncias, as responsabilidades da actual situação têm que ser assumidas pelas forças políticas que desenvolveram os programas então definidos ou que a eles não se opuseram.

Neste contexto, formulei diversas propostas de alteração tendo apenas sido aprovada a redução de cerca de um milhão de euros, tanto no Orçamento das Despesas (das quais 250.000 euros nas Despesas de Funções Gerais) como no Orçamento das Receitas face à actual conjuntura económica.

Assim, tratando-se dum Orçamento cuja única estratégia será de criar condições para se cumprir os compromissos em curso porque, de outra forma e a curto prazo, estaria em causa o regular funcionamento do Município e a sua capacidade legal de endividamento, haveria que tomar uma decisão crítica mas responsável.

Nestas circunstâncias:

a) Votar contra, seria uma opção de terra queimada de “quanto pior, melhor”! Seria bloquear o pagamento, com atrasos bastante significativos, a dezenas de empresas, de empresários e de comerciantes por fornecimento de bens ou de serviços prestados ao Município; Seria alimentar uma situação já de si bastante difícil, inviabilizando o acesso a fundos comunitários e previstos no financiamento de diversas obras em curso; Seria criar condições para inviabilizar o Município de recorrer a novos créditos por excesso de endividamento com consequências nas receitas futuras provenientes da Administração Central;

b) Votar a favor seria, de algum modo, manifestar concordância com as políticas orçamentais seguidas até à data e contra as quais apenas se expressou o PSD.

Assim, considerando que:

1) Não é do interesse do Concelho bloquear o normal funcionamento do Município, principal entidade empregadora, pelas consequências que daí resultariam, em especial na oferta e manutenção de emprego e do pagamento de salários por parte de centenas de credores da Câmara (empresas, empresários, particulares, etc.);

2) As dotações orçamentais visam essencialmente pagamento de compromissos assumidos e que qualquer Executivo (qualquer que seja a sua composição) tem de os assumir, independentemente da forma e dos prazos que os determinou, de acordo com o princípio intergeracional;

3) Cada Vereador deve assumir a responsabilidade do cargo para que foi eleito, exercendo as suas competências ao invés de abandonar as sessões ou faltando a elas (como outros fizeram no passado), por mais mediatizadas ou difíceis que sejam as situações; Considerei que, sem acordo prévio ou compromisso com quem quer que seja, ponderando todas as consequências do meu voto, era meu dever viabilizar o normal funcionamento do Município, optando pela abstenção.

Continuarei a exercer as minhas competências com a equidade, transparência e rigor com que sempre norteiei a minha vida. Não estou interessada na luta do poder pelo poder! Estou convicta que são estes os princípios que os meus eleitores esperam de mim..”

A Presidente da Câmara referiu que “Relativamente ao Orçamento Municipal para o ano de 2010 o mesmo reflecte uma tentativa de consensualização com os Senhores Vereadores da Oposição no que diz respeito á contenção da Despesa, bem como uma redução na Receita prevista, no entanto, este orçamento não corresponde ás necessidades de funcionamento da Câmara Municipal de Nisa, apenas para permite respeitar o princípio do equilíbrio financeiro.

Face ao exposto, devem os Serviços da Câmara Municipal de Nisa, para garantirem o seu normal funcionamento, cumprir, sem, qualquer omissão as directrizes da Divisão Financeira, nomeadamente ao nível dos processos de aquisição bem como a implementação definitiva das Normas de Controlo Interno.”

Ponto Nº 6 – DF – Deliberação Nº 40/2010

Projecto de Regulamento e Tabela de Taxas, Tarifas e Preços, do Município de Nisa.

Relativamente ao assunto a que acima se faz referência, as taxas das autarquias locais actualmente existentes, terão que ser revogadas no início do ano de 2010, conforme determina o artº 17º do RGTAI- Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro, que por sua vez sofreu alterações introduzidas pela Lei nº 64-A/2006, de 31 de Dezembro.

Nestes termos, tendo em conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº 02/2010, datada do dia 25 de Janeiro de 2010, da Divisão Financeira/Secção de Receitas, cuja cópia, bem como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, a Câmara Municipal de Nisa reunida aprova, por unanimidade, o Regulamento e Tabela de Taxas para vigorar no Município de Nisa no Ano de 2010, na sequência da Deliberação nº

489/2009, de 19 de Novembro de 2009 e após respectiva publicação em Diário da Republica e decorrido o prazo de 30 dias de inquérito público, por não se verificar qualquer sugestões/reclamações por parte dos munícipes em geral nem qualquer chamada de atenção por parte dos Serviços Municipais.

Remete o presente processo á Sessão da assembleia Municipal de Nisa, para cumprimento do disposto na alínea a) do nº2 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a alteração que lhe foi introduzida pela Lei nº 5-A/2005, de 11 de Janeiro.

A Vereadora Drª. Idalina Trindade referiu que a “Redução de 50% nas taxas relativas a pedidos de licenciamento de *reconstrução de prédios em ruínas*, foi apresentada pelos Vereadores do PS como incentivo à fixação de jovens no concelho e à recuperação do parque habitacional e a “*Redução de 50% para pedidos de licenciamento de obras particulares apresentados por jovens com idade até 35 anos*”, foi sugerida pela Vereadora Fernanda Policarpo.

Ponto Nº 7 – GRHAT – Deliberação Nº 41/2010

Apoio ao Centro Social e Cultural do Pessoal do Município de Nisa

Cumprindo uma tradição já com alguns anos, a Direcção do C.S.C.-Centro Social e Cultural do Pessoal do Município de Nisa, pretende levar a efeito a realização de um passeio a Mealhada – Festejos de Carnaval no dia 16 do corrente mês, tendo apresentado, para o efeito, solicitação neste sentido.

Assim, conforme informações no conteúdo da Informação Proposta Nº 04/2010, datada do dia 20 do mês de Janeiro do corrente ano do Gabinete Recursos Humanos Apoio ao Trabalhador, o Executivo reunido aprova, por unanimidade, que se disponibilize transporte com isenção de pagamento das taxas previstas e devidas e previstas na respectiva Tabela.

A Presidente de Câmara informa que este os pedidos de transporte do CSC, devem ser enviados e pedidos conforme caso a caso.

A Vereadora Drª Idalina Trindade perguntou se os outros passeios mencionados no ofício do CSC, serão necessários, e se existe Plano de Actividades

A Presidente informa a Senhora Vereadora Idalina Trindade que estes pedidos de transporte mencionados no ofício, estão em Plano de actividades do CSC e serão enviados para Deliberação deste Executivo.

Ponto Nº 8 – DDSC – Deliberação Nº 42/2010

Disponibilização de transportes pertencentes ao Município de Nisa

Tendo em conta a solicitação apresentada na Câmara Municipal e as informações prestadas pelos serviços respectivos, o Executivo reunido aprova, por maioria, votos favoráveis da Presidente, Vereadores Dr. Manuel Bichardo e Drª Fernanda Policarpo, abstenção dos Vereadores Drª Idalina Trindade e Engº Francisco Cardoso, a Informação/Proposta nº 06/10, datada de 6 de Janeiro de 2010 da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural/Gabinete de Apoio à Juventude, a seguir referenciada e com isenção de pagamento das taxas devidas e previstas na respectiva Tabela, que se disponibilize transporte municipal:

- Disponibilizar transporte ao Grupo e Bombos de Nisa, para actuação nas localidades de Ferreira do Zêzere, no dia 7 do corrente mês e no dia 16 deste mesmo mês na localidade de Monte Trigo, em Évora.

A Vereadora Drª Idalina Trindade perguntou, quanto importa o encargo.

A Vereadora Drª Fernando Policarpo perguntou sobre os custos de horas extraordinárias aos funcionários (motorista).

O Vereador Engº Francisco Cardoso disse que, apesar de ter alguma simpatia pelo trabalho e pela juventude do Grupo de Bombos, considera exagerado o número de viagens solicitadas (no ano de 2010, quase 2 por mês), nomeadamente tendo em conta a débil

situação financeira da Câmara, pelo que, entende que o apoio não deve ser para todas, mas, eventualmente, para um número muito mais reduzido.

O Vereador Dr. Manuel Bichardo informou que este pedidos tem limites e não está definido, por agora mas já pediu aos serviços respectivos para fazer um levantamento e o papel principal das Associações.

A Presidente da Câmara respondendo as questões apresentadas pelos Senhores Vereadores informou que está tudo acertado com os motoristas, o modo de execução do trabalho a realizar com este tipo de Serviços ao fim de semana e descanso semanal e que este grupo não tem subsidio atribuído.

Ponto Nº 9 – DDSC – Deliberação Nº 43/2010

Apoio do Município á realização do XIII Rally Paper de Nisa.

Relativamente ao assunto a que acima se faz referência e tendo em conta o conteúdo da Informação/Proposta Nº17/09, datada do dia 29 de Dezembro de 2009, da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural/Gabinete de Apoio à Juventude, o Executivo reunido aprova por unanimidade, conceder o apoio á Comissão Organizadora do XIII Rally Paper de Nisa, que irá ocorrer no dia 13 do corrente mês, sábado de Carnaval, sendo a previsão de participação na ordem das 150 pessoas, oferta de t-shirts, cedência do sistema de som, devendo o mesmo ser levantado no Cine Teatro de Nisa no dia anterior á realização da actividade e devolvido, em perfeito estado de funcionamento, no dia seguinte á sua conclusão, oferta de 30 impressões ao cartaz, prova, regulamento e ofícios alusivos á organização da actividade.

A Vereadora Dr^a Idalina Trindade perguntou sobre a existência de t-shirts em stock para oferecer e se existiam igualmente fardas condignas para os trabalhadores.

O Vereador Dr. Manuel Bichardo, informou a Senhora Vereadora da existência de t-shirts no Armazém Municipal e que as fardas foram distribuídas aos trabalhadores mas que está em processo de aquisição o fardamento para os trabalhadores do cemitério de Nisa para uma boa apresentação.

Ponto nº 10 – Intervenção de Múncipes.

Por se tratar de uma Reunião com o carácter de pública, este espaço destina-se, nos termos do disposto no nº 5 do Artº 84º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, á intervenção de múnicipes que se encontrem na sala, sendo que não se verificou nenhum pedido de uso da palavra por os presentes.

Ponto Nº 11 – SAA – Deliberação Nº 44/2010

Aprovação, em Minuta, das Deliberações que antecedem.

Aprovar, por unanimidade, em Minuta e para efeitos imediatos, as Deliberações que antecedem, nos termos e para cumprimento do que dispõe os nºs 3 e 4 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, sendo que as mesmas puderam adquirir a eficácia prevista no nº 4 do já antes citado Artº 92º.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

A presente Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nisa foi encerrada pela sua Presidente, conforme o previsto na alínea p) do nº 1 do Artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, quando eram vinte e três horas e trinta minutos.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta, constituída por dezassete folhas devidamente numeradas e rubricadas, a qual vai ser assinada nos termos do disposto no nº 2 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pela Presidente da Câmara e desta mesma Reunião, Eng^a Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto e por mim, Carlos Alberto da Costa Soares, Assistente Técnico do Mapa de Pessoal por Tempo Indeterminado da Câmara Municipal de Nisa, da Secção de Administração e Arquivo, que a elaborei na qualidade de Secretário.



MUNICÍPIO DE NISA – CÂMARA MUNICIPAL

Acta presente em Reunião,
realizada no dia/...../..... e aprovada por
....., conforme Deliberação Nº/.....
- Favor: votos | - Contra: votos | - Abstenção: votos